Interior

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS, BEM COMO PARA O PÚBLICO EM GERAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 52, §1º DA LEI Nº 11.101/2005, EXPEDIDO NOS AUTOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 0018970-07.2018.8.16.0031. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA/PR, EM QUE FIGURAM COMO REQUERENTES IBERKRAFT INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA, IBERSUL INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA e IBERTRANS TRANSPORTES conglomerado econômico denominado de "GRUPO IBERKRAFT". PRAZO DE 15 DIAS.

A DRA. ANEIZA VANESSA COSTA DO NASCIMENTO, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1ª Vara Cível de Guarapuava-PR, em virtude da lei,

FAZ SABER aos que o presente EDITAL vire, dele notícia tiverem e a quem interessar possa, que neste Juízo tramitam os autos de PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob o nº 0018970-07.2018.8.16.0031, requerida por IBERKRAFT INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA, sociedade empresária inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 77.124.634/0001-80; IBERSUL INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA, sociedade empresária inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 08.988.218/0001-08 e IBERTRANS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, sociedade empresária inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 06.207.276/0001-21, com base nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05, todas com sede e principal estabelecimento no endereço Alto Xarquinho s/nº - Bairro Xarquinho - Guarapuava/PR, CEP 85100-970 que se inserem no conglomerado econômico denominado de "GRUPO IBERKRAFT". O presente edital é composto: **I) RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL** (artigo 52, §1º da Lei 11.101/2005): Na petição inicial consta de forma sintetizada: 1. Quanto à competência, informa que, todas as empresas Requerentes têm principal estabelecimento no Município de Guarapuava/PR, localidade onde partem as decisões estratégicas relativas à condução da atividade de toda companhia. 2. Quanto à formação de Grupo Econômico, alegam que as Requerentes constituem um grupo econômico, na medida em que concentram em comumhão toda a administração e gestão de suas operações, por um único controle e caixa único que atende aos interesses de todo o Grupo. As Requerentes são sociedades empresárias, constituídas sob a forma de sociedades limitadas, tendo a suas últimas alterações registradas em suas respectivas Juntas Comerciais, tendo como principal atividade a industrialização/comercialização de Papéis de Embalagens produzindo os tipos Testliner, Capa reciclada, Miolo e WTL nas gramaturas de 100 a 220 g/m², a partir de fibras recicladas, para a fabricação de embalagens de papelão ondulado. A Primeira Requerente (IBERKRAFT) foi constituída no ano de 1976 sob a denominação de "Incopast - Indústria e Comércio de Pasta Mecânica Ltda", cuja atual razão social foi alterada no ano de 1992, passando a atuar no setor papaleiro, mediante a implantação de uma fábrica para fornecimento exclusivo de bobinas de papelão reciclado (matéria-prima) a empresa IBÉRIA, uma das principais "players" do mercado de embalagens. No ano de 2007, foi adquirido o parque industrial da empresa ARAUPEL, onde hoje se encontrada instalada a Segunda Requerente (IBERSUL), na cidade de Quedas do Iguaçu - Paraná, ocasião em que fora constituída. A aquisição do complexo industrial ocorreu como forma de expansão da produção da IBERKRAFT, haja vista, que o maquinário existente naquele local possuía as mesmas características daquele utilizado pela adquirente, onde também era produzido bobinas de papelão e celulose, este último produto descontinuado pela IBERSUL. A Terceira Requerente (IBERTRANS) tem seus atos sociais datados do ano de 2004, e foi constituída para atender a demanda logística para o transporte de produtos e matéria-prima das duas primeiras Requerentes. 3. Informam que o GRUPO IBERKRAFT emprega cerca de 408 funcionários diretamente e mais de 150 de forma indireta. 3. Como razões da crise financeira do grupo apontam o conturbado cenário de retração econômica vivenciado no país, mencionando a existência de duas medidas cautelares propostas pela União Federal (Fazenda Nacional), onde fora determinada à indisponibilidade de seus ativos e recebíveis. As Requerentes alegam que os bloqueios determinados pelo Juízo Federal de Muriaé/MG, são indevidos, abusivos e confiscatórios, vindo a comprometer a saúde financeira das empresas. 4. A título de tutela de urgência em caráter antecedente, alega a necessidade de concessão de tutela de urgência para obter a i) indisponibilidade de bens das Requerentes, bem como o ii) arresto cautelar de 10% de seus recebíveis, com o objetivo principal de manter a atividade empresarial para a satisfação dos débitos em aberto, preservando a geração de empregos e renda. Emenda à Inicial - Mov. 65. Consta emenda pelas Requerentes, expondo as razões concretas da crise, onde alegam que o GRUPO IBERKRAFT vende toda sua produção para o GRUPO IBÉRIA, e este, a partir da Ação da cautelar, começou a liquidar os pagamentos oriundos da relação comercial havida com o GRUPO IBERKRAFT com atraso superior a 30 dias, bem como que "[...] houve um descasamento do fluxo de caixa das Recuperandas, obrigadas a antecipação das notas fiscais oriundas da relação comercial havida com o GRUPO IBÉRIA passaram a ser prorrogadas. Com o advento da ação cautelar, determinando o bloqueio de ativos financeiros e parte dos recebíveis, a IBÉRIA que passou a atrasar os pagamentos junto às financeiras que as Recuperandas haviam antecipado e, por este motivo, passaram a recusar novas operações. Isto gerou uma grande quantidade de títulos em carteira e outra quantidade de títulos descontados pendentes de pagamento [...]. Atualmente, além dos 9 milhões de contas a receber que estão descontados nos fundos e que estão relacionados na Recuperação Judicial das Requerentes, estas possuem pouco mais de 11 milhões em duplicadas a receber, ultrapassando a cifra de 20 milhões em aberto. Esta falta de capital de giro, levou ao colapso financeiro, ao ponto de ter risco de corte de energia e salários em atraso."

II) RESUMO DA DECISÃO JUDICIAL: 1. Da competência. "[...] De acordo com a perícia prévia realizada na IBERKRAFT unidade Guarapuava/PR; IBERKRAFT unidade São Paulo/SP; Ibersul unidade Quedas do Iguaçu/PR e Ibertrans unidade Aguaí/SP: "as empresas requerentes possuem sedes e departamentos internos próprios, atuando cada qual isoladamente, porém, segundo constatado pelo Técnico, com um objetivo comum, qual seja, a fabricação de produtos para a empresa IBERIA. Consta ainda, segundo informações colhidas pelo Técnico e documentos que foram apresentados ao perito, as decisões operacionais, financeiras e estratégicas das empresas emanam do sócio-administrador, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, e são executadas pelo Sr. Benedito Maciel Arantes Júnior (Diretor Industrial), da sede da empresa IBERKRAFT, empresa mais antiga do Grupo, situada na cidade de Guarapuava-PR" (mov. 45.2). Não obstante, [...] restou constatado que, pela unidade industrial situada no município de Guarapuava-PR ser a primeira do Grupo, e ali permanecerem seus diretores e responsáveis pela execução das deliberações emanadas pelo sócio-administrador das companhias, na cidade de Guarapuava-PR se concentram as principais atividades desenvolvidas pelas Requerentes. Sob essa perspectiva, reconhecendo-se que o local em que há o maior volume de negócios e mais importante da atividade empresarial sob o ponto de vista econômico, é o município de Guarapuava, firma-se a competência deste Juízo para processo e julgamento do feito. 2. Da situação financeira das requeridas e sua viabilidade econômica: O instituto da recuperação judicial [...] pressupõe a existência de empresa considerada viável, cujo estado de crise seja transitório e superável. Busca-se a preservação da unidade produtiva, desde que a reorganização dos negócios seja viável, por meio do equilíbrio na preservação dos direitos dos devedores e credores. A preocupação na superação do estado de crise por vezes atravessado por empresas decorre da importância que tais unidades econômicas representam não apenas para o seu titular, mas também para os seus empregados, fornecedores, investidores, para o Estado e para os demais agentes que atuam no cenário econômico. Assim, caracterizada a difícil conjuntura econômica e a viabilidade de retornar à normalidade, pode o empresário ou sociedade empresária requerer a instauração do processo de recuperação judicial, com o fim de apresentar plano por um dos meios dispostos no art. 50 da Lei. Nesse contexto, pela análise da documentação juntada, especialmente os documentos de balanço patrimonial à mov. 1.37/1.39, conclui-se pela viabilidade econômica a justificar o deferimento de recuperação judicial da postulante. 3. Dos requisitos essenciais objetivos do pedido (art. 51 da Lei nº 11.101/2005): A vasta documentação juntada ao processo demonstra o cumprimento dos critérios objetivos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/2005, ressalvando-se a apresentação da relação integral dos empregados, lista de bens dos diretores das companhias e extratos das contas bancárias das devedoras, assim previstos nos incisos IV, VI, VII, do citado artigo, haja vista a necessidade de ser observado o sigilo das informações. [...] Observa-se, dentro do contexto apresentado, que a crise anunciada é econômico financeira, uma vez que as sociedades necessitam equacionar o seu passivo, em conjugação com receitas futuras, situação a ser alcançada por meio de soluções de mercado a serem apresentadas em juízo de recuperação judicial. Destarte, é possível afirmar, ainda que em uma análise perfunctória da situação, ser a atividade desenvolvida pelas requerentes notoriamente rentável, não só pelo tempo de mercado, mas por todos os indicativos trazidos, o que confere ao plano de recuperação a ser desenvolvido considerável possibilidade de êxito. Por fim, a empresa requerente atendeu também aos requisitos do artigo 48 e seus incisos da Lei 11.101/05, ao comprovarem que estão em atividade há mais de 02 (dois) anos, não serem falidas ou terem obtido concessão de recuperação, inclusive com base em plano especial, nos últimos cinco anos, e não haver condenação criminal contra seus administradores, ou sócio controlador, por crimes previstos nesta lei. Por todo o exposto, pela interpretação sistemática do ordenamento e na equidade - na sua dupla função de supressão da lacuna legislativa e de auxílio na obtenção do sentido e alcance nas disposições legais para servir à aplicação do direito -, a fim de que seja atendido assim o espírito maior da preservação da atividade empresarial previsto na Lei 11.101/2005. 4. Da suspensão das ações e execuções: A suspensão das ações e execuções é uma importante medida característica do direito concursal e, na esteira do que ensina Luiz Roberto Ayoub [...], tem origem no direito norte-americano, onde a distribuição da ação equivalente ao nosso pedido de recuperação judicial importa na suspensão automática de todas as ações e execuções contra a empresa devedora (automatic stay). De fato, em nosso país, a suspensão não é automática e depende de determinação judicial, na forma prevista no art. 6º, da LRF. De qualquer forma, impõe esclarecer a extensão dos efeitos da decisão proferida em sede de tutela de urgência, de forma a deixar claro o seu alcance. No tocante às execuções não há dúvidas, pois a lei não disciplina exceções. Assim, todas as execuções contra as requerentes deverão ser suspensas. O mesmo não ocorre, entretanto, com relação às demais ações, já que descrito na lei de forma genérica no caput do art. 6º da LRF, mas com a regra excepcional prevista no par. 1º do dispositivo, in verbis: "§1º- Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Aqui é que cabe delimitar a extensão. A medida de suspensão das ações afigura-se primordial para o sucesso da recuperação judicial, já que o prosseguimento de determinadas ações pode comprometer o patrimônio do Grupo empresarial, cuja proteção a lei visa garantir. Nesse passo, ganha relevância a concursabilidade na recuperação judicial, baseada não na universalidade - ocorrente na falência -, mas com o nítido objetivo de preservar a empresa e evitar que seu patrimônio possa ser atingido por decisões oriundas de Juízos diversos do da recuperação, e assim comprometer o sucesso da empreitada recuperacional. Não cabe, *verbi gratia*, o prosseguimento de ações de busca e apreensão de bens, reintegração de posse, [...] a expropriação do patrimônio das sociedades empresárias, sob pena de subverter o futuro plano de recuperação da empresa. [...] Com efeito, arresto ordenado antes do deferimento do processamento da recuperação é mantido, mas o curso da medida cautelar

é suspenso. Já reintegração de posse em contrato de arrendamento mercantil é suspensa se o bem arrendado for essencial à atividade da empresa devedora. Durante o *stay period* é vedada a determinação de penhora sobre o faturamento da empresa por crédito sujeito à recuperação. Ademais, para preservar a empresa, suspende-se o curso de ação de dissolução parcial de sociedade, ante o desfalque que pode importar ao patrimônio da sociedade empresária recuperanda. Por esse mesmo fundamento, a ordem de despejo contra a empresa, anterior ao pedido de recuperação, é suspensa pelo deferimento do processamento da recuperação. Não apenas atos processuais de execução são suspensos, pois também será suspensa qualquer ação de direito material que acarrete desfalque patrimonial à empresa devedora. Como se vê, a suspensão das ações é ampla e abrange toda ação que importe em ataque ao patrimônio das empresas em recuperação judicial. Ante o exposto, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face da requerente: 1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra a devedora, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. 2) As ações judiciais em curso, seja a requerente autora ou ré, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art. 6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução; 4) Os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial dos requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, na forma do que foi arrazoado acima, cabendo a este Juízo recuperacional a análise do caso concreto. 5) Com relação aos procedimentos arbitrais em que figurem como parte a devedora, esclareço que deverão ser adotadas as mesmas premissas fixadas acima, ou seja, suspensão de todas as arbitragens nas quais já haja definição de quantias líquidas devidas pelas requerentes. 5. Do pedido de tutela provisória para imediata liberação dos ativos financeiros e recebíveis arretados nas ações cautelares 0003133-09.2016.4.01.3821 e 0000398-66.2017.4.01.3821. [...] O crédito tributário não se submete aos efeitos da recuperação judicial, consoante dispõe o art. 187 do CTN, nos termos da redação que lhe emprestou a Lei Complementar 118/2005: Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento. Assim, o plano de recuperação judicial não poderá dispor acerca de modificação do crédito tributário, e a execução fiscal não será suspensa pelo deferimento do processamento da recuperação judicial. Ademais, entende-se que eventual desbloqueio de valores no bojo desta ação, em contraponto à decisão proferida por Juízo diverso na ação em trâmite no Estado de Minas Gerais que reconheceu a constituição de grupo econômico no caso concreto, culminaria indevida invasão de competência sobre questão debatida em outra sede e ofensa ao sistema recursal próprio a ser utilizado nas ações cautelares indicadas. Além disso, não se vislumbra prejuízo a recuperanda, haja vista que por meio das decisões proferidas nos Recursos Especiais n. 1.712.484/SP, 1.694.316/SP e 1.694.261/SP - tema repetitivo nº 987/STJ, foi determinada a suspensão nacional dos feitos pendentes, individuais ou coletivos, que abordem a "possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal", nos termos do art. 1.037, II, do CPC. Por fim, de acordo com a perícia técnica realizada nas unidades das pessoas jurídicas recuperandas, restou consignado que: "não se pode atribuir exclusivamente ao bloqueio judicial de ativos e recebíveis determinada pelo Juízo Federal de Muriaé-MG (seqs. 1.78 a 1.80) em desfavor das Requerentes a situação de crise econômico-financeira relatada na petição inicial, haja vista que, decisões pretéritas quanto à destinação de consideráveis Ativos das empresas foram remetidas para pessoas físicas ou jurídicas relacionadas à elas, impactando também em seu capital de giro, cujos valores, por sua classificação contábil, não retornaram ao caixa das empresas no curto prazo". Sob essa perspectiva, não havendo elementos concretos comprobatórios de que a constrição determinada em sede de execução fiscal impacta inequivocamente no cumprimento de eventual plano de recuperação judicial que venha a ser apresentado e aprovado, afigura-se prematura a suspensão da execução em trâmite e o desbloqueio dos valores. Isso posto, indefiro o pedido de tutela de urgência para a suspensão dos atos expropriatórios proferidos nas ações cautelares 0003133-09.2016.4.01.3821 e 0000398-66.2017.4.01.3821 que tramitam perante a Justiça Federal da Subseção Judiciária de Muriaé/MG. 6. Do deferimento do processamento da recuperação judicial. Atendidas, portanto, as prescrições legais, e à vista do parecer Ministerial favorável, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de IBERKRAFT INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA; IBERSUL INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA; IBERTRANS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, todas com principal estabelecimento no Alto Xarquinho s/nº - Bairro Xarquinho - Guarapuava/PR, CEP 85100-970, as quais se inserem no conglomerado econômico denominado de "GRUPO IBERKRAFT, e em razão de tal deferimento, determino: 1) Nomeio, nos termos do art. 52, I c/c 21 da Lei nº 11.101/2005 como Administrador Judicial a empresa VALOR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n. 11.556.662/0001-69, com sede na Avenida Duque de Caxias, n. 882, sala 210, 2º andar, Edifício New Tower Plaza, Maringá, Paraná, CEP: 87.020-025, figurando como responsável técnico CLEVERSON MARCEL COLOMBO [...]; 2) a suspensão da prescrição e as ações em face do devedor, salvo as que demandem quantia ilíquida e as execuções fiscais, permanecendo os autos no juízo onde se processam (art. 6º caput, §1º e 7º c/c 52, III), pelo prazo de 180 dias úteis, pontuando-se que DEVE o devedor comunicar aos juízos competentes sobre tal suspensão e demonstrar que o fez a

este Juízo (art. 52, §3º). A referida suspensão dos processos deverá, na forma do diploma processual em vigor (NCP, art. 219), ter o seu respectivo prazo computado em DIAS ÚTEIS. 3) a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a recuperanda exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 11.101/2005; 4) a apresentação por parte da recuperanda das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV); 5) que a Recuperanda acrescente após seu nome empresarial a expressão 'em recuperação judicial', de acordo com o previsto no art. 69 da LRF; 6) a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito - em face da Recuperanda, pelo prazo de 180 DIAS ÚTEIS; 7) A expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05 [...]. O prazo para a habilitação ou divergência aos créditos relacionados pela devedora é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, parágrafo 1º da Lei no 11.101/05), QUE CORRERÁ EM DIAS ÚTEIS. Ressalta-se que por se tratar de fase administrativa da verificação dos créditos, as referidas divergências e habilitações deverão ser apresentadas diretamente ao Administrador Judicial imprescindivelmente; 8) seja publicada pelo Administrador Judicial a relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial (art. 7º, parágrafo 2º, da Lei nº 11.101/05), no prazo de 45 DIAS ÚTEIS, contados do fim do prazo previsto no § 1º do art. 7º; 9) que as eventuais impugnações à lista de credores apresentada pelo Administrador Judicial (§ 2º do art. 7º) deverão ser protocoladas como incidentes - como processo secundário - à recuperação judicial e processada nos termos do art. 13 e seguintes da Lei nº 11.101/05, devendo, portanto, o cartório de ofício, desentranhar as peças protocoladas diretamente nos autos principais para formação do procedimento secundário; 10) a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual Municipal de todos os estabelecimentos (art. 52, V, LRF); 11) comunicação à Junta Comercial do Estado do Paraná, e demais Estados onde a recuperanda detenha registro de sede e filiais para anotação do pedido de Recuperação nos respectivos registros (art. 69); 12) apresentar a recuperanda o plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 (sessenta) DIAS ÚTEIS da publicação desta decisão, o qual deverá observar os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005. Com a apresentação do plano, manifeste-se o Administrador nomeado e o Ministério Público, no prazo de 20 (vinte) dias, voltando em conclusão a seguir para prosseguimento nos ulteriores termos. 13) Os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia-geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros; observado o disposto no § 2º do art. 36 da Lei nº 11.101/05 (§ 2º Além dos casos expressamente previstos nesta Lei, credores que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total dos créditos de uma determinada classe poderão requerer ao juiz a convocação de assembleia-geral.). 14) Que a Serventia promova, independentemente de despacho, a EXCLUSÃO DO PROCESSO DE TODAS AS PETIÇÕES que contenham pedidos de divergências, habilitações e impugnações de crédito, ingressadas diretamente nos autos, no prazo previsto no § 1º do artigo 7º da Lei 11.101/2005, diante da clara e evidente extemporalidade, haja vista que neste período não há judicialização desses procedimentos, que são administrativos e devem ser encaminhados DIRETAMENTE AO ADMINISTRADOR JUDICIAL NOMEADO. 15) Que a Serventia promova a EXCLUSÃO DO PROCESSO DE TODAS AS PETIÇÕES, que tenha como pedido a simples anotação da qualidade de CREDOR e de seu PATRONO diretamente nos autos, pois, em sua maioria, as decisões proferidas nos autos da Recuperação Judicial atingem a coletividade dos credores a ela sujeitos, e por tal razão diversos dos chamamentos judiciais são realizados por meio de Editais e Avisos publicados aleatoriamente a todos. 16) As demais manifestações individuais dos credores serão desentranhadas e remetidas ao Comitê de Credores. Enquanto e se o mesmo não for criado, ao Administrador Judicial. Esta atividade independerá de nova ordem deste juízo. 17) Defiro o sigilo da relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor e documentos exigidos pelo artigo 51, incisos IV e VII da LFR, a ser providenciado via PROJUDI. Com exceção do Ministério Público, o acesso a tais documentos só poderá se dar mediante requerimento justificado e autorização judicial. Observe-se que a habilitação inicial dos credores deverá ser endereçada diretamente ao Administrador Judicial nomeado (art. 7º, caput e §1º, da LRF). Comunique-se ao Ministério Público.

RELAÇÃO DE CREDITORES: CREDITORES CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS
- A SILVA FERRAGENS LTDA, CPF N. 02.492.310/0002-87, R\$6.502,05; A. P. MARCHIORO CHIMILOSKI FERRAMENTAS, CPF N. 27.728.760/0001-76, R\$1.930,00; A.M. SANTOS - ARTIGOS DE BORRACHA EIRELI, CPF N. 06.094.084/0001-56, R\$1.173,33; ABRASCORT COMERCIAL IMPORTADORA DE CORRENTES LTDA, CPF N. 78.174.299/0001-98, R\$2.819,24; ADERE PRODUTOS AUTO ADESIVOS LTDA, CPF N. 46.062.030/0001-23, R\$3.833,93; AGFER FERRO E ACO LTDA - UNIACO, CPF N. 21.033.357/0001-46, R\$1.629,00; AGRICOLA ESTRELA LTDA, CPF N. 80.229.701/0002-17, R\$2.136,18; AGRICOLA HORIZONTE LTDA, CPF N. 77.837.979/0015-87, R\$259.053,99; ALBANY INTERNACIONAL TECIDO TECNICOS LTDA, CPF N. 60.580.263/0001-49, R \$29.296,77; ALFA TRANSPORTES EIRELI, CPF N. 82.110.818/0001-21, R \$7.649,91; ALLIANZ SAUDE S/A, CPF N. 04.439.627/0001-02, R\$42.393,81; ALPIS INDUSTRIA E COMERCIO DE TRANCADOS E TEC INDUSTRIA LTDA, CPF N. 81.331.811/0001-77, R\$4.065,00; ANAWAL COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, CPF N. 05.013.850/0001-48, R\$1.600,00; ANDRADE MAQUINAS LTDA, CPF N. 49.378.516/0001-63, R\$1.314,00; AQUARIUS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CPF N. 50.080.464/0001-23, R\$460,02; ARAUPEL S/A, CPF N. 87.102.810/0001-37, R\$2.669.966,50; ART NOR ARATROP NORDESTE INDL, COML, IMP E EXP LTD, CPF N. 05.382.505/0001-81, R\$8.137,50; AUTO POSTO GIGANTAO DE MARILIA LT, CPF N. 56.145.469/0001-73, R\$734,24; AXCHEM BRASIL INDUSTRIA QUIMICA

LTDA, CPF N. 12.344.954/0001-09, R\$179.254,73; BALDISSERA CENTRAL TRAT.RESIDUOS SOLIDOS, IND.E COMERCIAIS LT, CPF N. 17.338.173/0001-17, R\$2.887,50; BASF S/A, CPF N. 48.539.407/0091-74, R\$433.693,56; BELTEX INDE COMERCIO DE CORREIAS LTDA, CPF N. 82.317.900/0001-21, R \$7.673,40; BLUCONTROL INSTRUMENTACAO AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA, CPF N. 01.560.015/0001-77, R\$5.477,00; BRUNO INDUSTRIAL LTDA, CPF N. 05.145.957/0001-40, R\$4.025,00; BUSCHLE & LEPPER S/A, CPF N. 84.684.471/0018-02, R\$53.792,00; CAMPOS E GALLARDO TRANSP. E LOGISTICA LTDA, CPF N. 09.196.263/0001-92, R\$7.500,00; CARVALHAES E OLIVERIA LTDA, CPF N. 10.525.478/0001-99, R\$2.038,87; CASA DA SOLDA COMERCIO DE ABRASIVOS LTDA, CPF N. 81.112.435/0001-20, R\$3.756,53; CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A, CPF N. 42.516.278/0001-66, R\$2.059,80; CGMP - CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTOS S.A., CPF N. 04.088.208/0001-65, R\$71.234,42; CHT QUIMPEL BRAZIL QUIMICA LTDA, CPF N. 02.553.555/0001-96, R\$11.333,34; CLARO S.A, CPF N. 40.432.544/0001-47, R\$1.686,40; COMANBOR CORREIAS MANGUEIRAS E BORRACHAS LTDA, CPF N. 44.229.144/0001-90, R\$1.756,14; COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., CPF N. 45.987.005/0021-31, R\$3.292,00; COMERCIAL CONTATO LTDA., CPF N. 43.242.858/0015-70, R\$31.010,00; COMERCIAL ELETRICA DZ LTDA, CPF N. 78.718.673/0001-79, R\$7.942,37; CONBOR BORRACHAS TECNICO INDUSTRIAIS LTDA, CPF N. 28.818.441/0001-14, R\$2.240,00; CONTABILISTA - PAPELARIA E INFORMATICA LTDA, CPF N. 77.765.840/0001-70, R\$ 3.460,67; COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, CPF N. 77.752.293/0052-38, R\$142.887,50; COPABO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TECNICOS LTDA, CPF N. 62.238.043/0007-52, R\$3.587,30; CORZIM INTERNACIONAL DO PARANA COMERCIO E REPRESENT LTDA, CPF N. 00.070.770/0001-00, R\$4.006,08; CRM PRODUTOS E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA, CPF N. 06.023.566/0001-15, R\$3.768,00; CVPAR - VALER FIDC MULTISSETORIAL, CPF N. 22.712.704/0001-20, R\$301.361,88; DALBERTI DIST DE EQUIP DE PROT INDIVIDUAL LTDA, CPF N. 01.616.363/0001-19, R\$995,50; DALQUIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CPF N. 03.346.298/0003-46, R\$50.394,67; DETOMASO FIDC, CPF N. 09.104.359/0001-83, R\$1.684.912,83; DIFERRAL DISTRIBUIDORA DE FERRO E ACO LTDA, CPF N. 61.209.355/0001-97, R\$8.143,80; DIMPAR COMERCIO DE PARAFUSOS E FERRAGENS LTDA, CPF N. 10.894.253/0001-00, R\$3.058,20; DSI - DUTCH STARCHES INTERNATIONAL DO BRASIL AMIDOS LTDA , CPF N. 05.508.838/0006-19, R\$314.160,00; DUBIELA & CIA LTDA, CPF N. 06.314.174/0001-05, R\$175,00; DYNATECH INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA, CPF N. 09.054.341/0001-14, R\$2.896,00; ECO - LOGISTICA COMERCIO DE APARAS LTDA, CPF N. 22.704.782/0001-82, R\$44.770,00; ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, CPF N. 80.223.324/0001-28, R\$2.553,00; ELETROTRAFQ PRODUTOS ELETRICOS LTDA , CPF N. 80.224.785/0001-15, R\$3.134,50; EMPILHAMASTER MANUTPECAS PARA EMPILHADEIRAS LTDA, CPF N. 84.999.333/0001-66, R\$1.661,80; EXPRESSO PRINCEZA DOS CAMPOS S/ A , CPF N. 80.227.796/0001-59, R\$621,07; F.I.D.C. CRESCER, CPF N. 05.873.151/0001-78, R\$830.993,78; FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTACAO S/A , CPF N. 92.664.028/0024-38, R\$3.294,42; FIUZA OBAL & SCALABRIN LTDA, CPF N. 24.714.433/0001-77, R\$4.900,00; FLESSAK ELETRO INDUSTRIAL S/A , CPF N. 77.804.599/0005-74, R\$1.767,01; FRANCISCO LEPRI JUNIOR, CPF N. 00.011.529/3118-02, R\$1.400,00; FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA, CPF N. 43.995.646/0007-54, R\$36.539,49; GAVEA SECURITIZADORA S/A, CPF N. 11.193.684/0001-01, R\$1.180.208,08; GREEN CHEMICALS DO BRASIL LTDA, CPF N. 14.069.668/0001-08, R \$6.968,00; GREMIO RECREA .ASSIST.FINANC.DANI E DUDA GALLARDO, CPF N. 08.587.062/0001-53, R\$16.000,00; GREMIO RECREATIVO, ESPORTIVO, ASSISTENCIAL E FINANCEIRO DANI, CPF N. 08.587.062/0001-53, R\$500,00; GRUPO BCR GLOBAL, CPF N. 09.628.563/0001-01, R\$882.589,37; GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA, CPF N. 11.790.941/0001-92, R\$32.427,24; GUARAPUAVA DIESEL COMTRANSPDERIV PETROLLTDA, CPF N. 76.184.407/0001-88, R\$9.900,00; H BREMER E FILHOS LTDA, CPF N. 85.783.272/0001-68, R\$2.618,00; HDC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA , CPF N. 05.522.464/0001-81, R\$2.480,00; HIDROSOLLO POCOS ARTESIANOS LTDA, CPF N. 04.922.200/0001-52, R\$7.495,90; IBQ COMERCIO MINERAL EIRELI, CPF N. 12.865.279/0001-55, R\$38.919,60; IMBIL INDUSTRIA E MANUT DE BOMBAS ITA LTDA, CPF N. 51.482.776/0001-26, R\$1.050,00; IMPORTADORA DE ROLAMENTOS RADIAL LTDA, CPF N. 62.014.030/0001-04, R\$7.081,73; INCOMESP INDUSTRIA COMERCIO MAQ ESPECIAIS LTDA, CPF N. 84.895.598/0001-14, R\$5.280,00; INDEMIL INDUSTRIA E COMERCIO S/A , CPF N. 61.887.899/0001-09, R\$66.149,97; INDISCEL INDUSTRIA DE DISCOS PARA REFINACAO LTDA, CPF N. 00.744.894/0001-24, R\$2.520,00; INDUSTRIA DE CARTAO SBRAVATI LTDA, CPF N. 83.751.065/0001-04, R\$188.592,81; INDUSTRIA DE PRODUTOS DE MANDIOCA SOL LTDA - GIRASSOL , CPF N. 46.061.669/0001-94, R\$36.400,00; INEC-INDUSTRIA NACIONAL DE EIXOS CARDANS EIREL, CPF N. 67.518.654/0001-82, R\$8.723,40; INGRAM MICRO BRASIL LTDA, CPF N. 01.771.935/0002-15, R\$13.292,10; INOXPLASMA COMERCIO DE METAIS LTDA, CPF N. 67.423.111/0003-43, R\$2.951,88; INTRACARGO TRANSPORTES LTDA, CPF N. 05.911.234/0001-04, R\$218,16; IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., CPF N. 33.337.122/0001-27, R \$202.826,00; IRMAOS DAVOLI S A IMPORTACAO E COMERCIO, CPF N. 52.769.783/0001-76, R\$137,18; JOAREZ B GONSAVES & CIA LTDA , CPF N. 82.023.359/0001-49, R\$1.538,12; JOSE XALICO DE CAMARGO EIRELI , CPF N. 31.688.775/0001-25, R\$2.998,00; KEMIRA CHEMICALS BRASIL LTDA, CPF N. 03.944.724/0002-62, R\$137.895,39; LABET EXAMES TOXICOLOGICOS LTDA, CPF N. 11.506.512/0001-40, R\$1.325,54; LABIQUIMICA COMERCIO PROD P/ LABORATORIOS LTDA, CPF N. 82.421.694/0001-03, R\$1.350,00; LIMNOBRAS LAB DE ANAL LIMNOL COMS AMBIENTAL LTDA, CPF N. 97.503.098/0001-31,

R\$1.810,94; LOOKING ACESSORIOS P/ MAQUINAS DE PAPEL LTDA , CPF N. 58.674.201/0001-54, R\$3.622,50; LOSINOX LTDA, CPF N. 03.770.404/0001-52, R\$9.961,35; LUIS AUGUSTO LOUP, CPF N. 00.026.241/8608-52, R\$33.600,00; LUIZ PEDRO DE OLIVEIRA & CIA LTDA, CPF N. 08.786.692/0001-57, R \$29.850,00; MANULI FITASA DO BRASIL S/A, CPF N. 04.807.000/0001-59, R \$10.009,52; MAXITECH DO BRASIL LTDA , CPF N. 01.212.895/0001-90, R \$33.822,03; MCR AMIDOS LTDA, CPF N. 78.156.247/0001-99, R\$1.197.240,00; MECATECNICA INDUSTRIA DE APARELHOS DE MEDICAO LTDA , CPF N. 02.542.278/0001-16, R\$11.625,00; MEINBERG INVESTIMENTOS, CPF N. 12.910.431/0001-74, R\$496.025,77; MERCOBRONZE METAIS LTDA , CPF N. 04.625.461/0001-00, R\$2.253,30; MRTELAS SERVICOS COMERCIO IMPORT E EXPORTACAO LTDA , CPF N. 05.202.398/0001-62, R\$146.648,70; NAC CENTRAL PARANA COMERCIAL DE LUBRIFICANTES LTDA , CPF N. 07.564.729/0001-30, R\$3.142,36; NICROSEL INDUSTRIA E COMERCIO DE SOLDAS ESPECIAIS LTDA, CPF N. 52.462.637/0001-01, R\$1.970,83; NOVA FASE EMPILHADEIRAS LTDA, CPF N. 04.767.172/0001-46, R\$5.552,51; OS SECURITIZADORA, CPF N. 12.202.612/0001-46, R\$307.097,00; PAG COME REPRESEQUIPINDUSTRIA LTDA, CPF N. 75.117.101/0001-46, R\$1.415,00; PARANA AMBIENTAL GESTAO GLOBAL DE RESIDUOS LTDA , CPF N. 07.911.409/0001-09, R \$11.322,00; PESADA COMSERV MECANICA MANUTENCAO LTDA, CPF N. 82.389.644/0001-88, R\$8.703,57; PESADA PECAS E FERRAMENTAS LTDA, CPF N. 15.644.402/0001-04, R\$2.525,70; PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA, CPF N. 00.805.922/0001-76, R\$10.260,00; POSTO PATAO LTDA, CPF N. 18.171.363/0001-55, R\$250,00; POSTO SIMON LTDA, CPF N. 15.636.643/0001-01, R\$1.028,40; PR INOX COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, CPF N. 28.664.614/0001-97, R\$1.800,00; PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA , CPF N. 60.398.138/0003-84, R\$30.683,14; PRODUTOS QUIMICOS SULFANIL LTDA, CPF N. 61.146.023/0001-01, R\$34.450,00; PROTEGE COMERCIO DE EXTINTORES LTDA , CPF N. 02.786.624/0001-01, R\$664,34; QUIMILAUS INDUSTRIA COMERCIO PROD QUIMICOS LTDA , CPF N. 81.703.126/0001-24, R\$1.217,49; QUINTA RODA MAQUINAS E VEICULOS LTDA, CPF N. 44.620.375/0001-20, R\$16.530,65; RCD FABRICS INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA , CPF N. 08.992.269/0001-03, R\$1.653,64; REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA., CPF N. 13.569.064/0027-99, R\$1.444,27; RENOVADORA DE PNEUS ROSIM LTDA, CPF N. 54.848.841/0001-82, R \$12.850,00; ROLOTIPO IND. COM. ART. BORRAC. PLAST. LTDA, CPF N. 43.514.694/0001-98, R\$23.109,00; S.R.M. ASSET, CPF N. 11.504.852/0001-32, R\$2.656.386,47; SASCAR - TECNOLOGIA E SEGURANCA AUTOMOTIVA S/ A, CPF N. 03.112.879/0001-51, R\$7.578,86; SELOVED COMERCIO DE SELOS MECANICOS INDUSTRIAIS LTDA, CPF N. 03.603.477/0001-50, R\$4.500,00; SERGIO ELIZEU MICHELETTI, CPF N. 82.211.707/0001-01, R\$1.973,00; SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CPF N. 03.776.284/0021-44, R\$3.778,61; SERVICIO SOCIAL DA INDUSTRIA, CPF N. 03.802.018/0024-91, R\$5.667,97; SIDERQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA , CPF N. 73.586.976/0001-61, R\$143.020,00; SILVA E COELHO MECANICA DIESEL LTDA, CPF N. 24.188.741/0001-06, R\$2.377,00; SIND. EMPR. TRANSP. CARGAS PF E REG, CPF N. 56.989.114/0001-60, R \$100,00; SNF DO BRASIL LTDA, CPF N. 00.934.286/0001-82, R\$13.234,20; SOC. ORIGI. E ADMI. DE REC. SOARRED NP, CPF N. 27.635.265/0001-12, R \$471.873,22; SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A., CPF N. 69.034.668/0001-56, R\$11.730,00; SOLENIS DO BRASIL QUIMICAS LTDA, CPF N. 03.945.556/0001-49, R\$9.189,62; SOLENIS ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA, CPF N. 55.720.908/0002-42, R\$69.803,11; SPIRAX SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA , CPF N. 61.193.074/0001-86, R\$13.778,90; SUL TAPE COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, CPF N. 25.141.658/0001-44, R\$3.821,20; SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, CPF N. 19.791.896/0001-74, R\$13.832,38; TECNOS FABRIC IND E COM DE TELAS LTDA, CPF N. 08.669.846/0001-20, R\$5.177,08; TICKET SERVICOS SA, CPF N. 47.866.934/0001-74, R\$75.662,27; TRADENER SERVICOS EM ENERGIA LTDA, CPF N. 08.250.428/0001-02, R \$3.885,23; TRITON CHEMICALS IND.DE PROD.E SISTEMAS QUIM.AMBIENTAIS LTDA, CPF N. 11.491.607/0001-38, R\$10.688,14; UNIFORMES NEWPRIME LTDA , CPF N. 13.163.556/0001-40, R\$10.037,66; UNIMED GUARAPUAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, CPF N. 78.044.815/0001-60, R \$107.994,56; UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO, CPF N. 53.678.264/0001-65, R\$20.599,24; VEGRANDE VEICULOS CASAGRANDE S A, CPF N. 75.526.079/0004-30, R\$24.336,23; VÉRTIGO FIDC S.A., CPF N. 09.221.411/0001-81, R\$301.174,99; VOLUTEC REP DE VALVULAS INDUSTRIA LTDA , CPF N. 01.460.220/0001-60, R\$7.686,00; WLADIMIR FERREIRA 58562370991, CPF N. 13.018.227/0001-06, R\$6.480,00; XARQUINHO ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA, CPF N. 19.399.742/0001-60, R \$195.000,00; ZANCO & TEIXEIRA LTDA, CPF N. 01.796.597/0001-95, R\$2.597,00; ZEPOL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CPF N. 04.173.645/0001-87, R\$4.744,03. **CLASSE IV - ME/EPP** - AFS COMERCIO E REPRES DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP, CPF N. 00.725.255/0001-11, R\$13.494,27; AGUINALDO JOSE BENATTI - ME, CPF N. 07.625.266/0001-79, R\$563,62; BRUNO RAFAEL BENTO LUCIANO - ME, CPF N. 08.697.199/0001-60, R \$7.200,00; BRX EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, CPF N. 03.190.828/0002-29, R\$1.549,00; BTKS COMERCIAL EIRELI - ME, CPF N. 22.669.100/0001-48, R \$52.610,02; CAFRA TERRAPLENAGENS E CONFECOOS LTDA - ME, CPF N. 10.415.697/0001-15, R\$18.000,00; CALLDAN DESIGN MOVEIS LTDA - ME, CPF N. 26.430.457/0001-20, R\$6.266,00; CARLOS EDUARDO TAUBE - ME, CPF N. 11.478.834/0001-23, R\$1.378,67; COMERCIO DE MOLAS GUARA LTDA-EPP, CPF N. 77.893.162/0001-20, R\$340,00; EDILSON MIRANDA COSTA - ME, CPF N. 18.477.050/0001-20, R\$2.015,00; ELISETE FARIA GANDOLFI SGARBE - ME, CPF N. 10.895.553/0001-03, R\$2.534,40; FECULARIA PONTA PORÁ LTDA-

EPP, CPF N. 08.052.578/0001-01, R\$96.366,65; FELIMP COM DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI-ME, CPF N. 06.225.442/0001-12, R\$1.902,33; FRANCISCO CARLOS GALLO ME, CPF N. 53.145.504/0001-66, R\$220,00; INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES DAMFLEX LTDA - EPP , CPF N. 05.037.665/0001-93, R\$2.298,08; J DANIELI E CIA LTDA - ME, CPF N. 22.297.819/0001-03, R\$4.000,00; JOAO RICARDO BINKOVSKI DOS SANTOS E CIA LTDA - ME, CPF N. 12.309.773/0001-33, R\$12.819,00; MARCONATO PECHEK LOCACAO VEICULOS LTDA - ME, CPF N. 10.222.001/0002-15, R\$1.850,00; MIGUEL KIRCHBANER - EPP, CPF N. 81.085.250/0001-73, R \$380,00; MONTAGNOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE VALV LTDA - ME, CPF N. 05.684.574/0001-40, R\$2.158,29; PEROLA PIGMENTOS EIRELI - ME KELI REGINA SILVA, CPF N. 18.171.739/0001-21, R\$1.100,00; POLITELAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TELAS LTDA - ME, CPF N. 04.985.857/0001-69, R \$64.414,00; PRADO TBO ASSESSORIA COMERCIAL DE SERVICOS - ME, CPF N. 15.190.589/0001-05, R\$1.586.906,45; RIOS CONSTRUCOES CIVIS EIRELIME, CPF N. 22.822.163/0001-92, R\$2.800,00; RODRIGO CESAR BENTO LUCIANO - ME, CPF N. 20.482.922/0001-90, R\$8.571,68; SAO JOAO DIESEL PECAS E ACESSORIOS EIRELI - ME, CPF N. 19.946.313/0001-65, R\$2.893,00; SOLUAMB LTDA - ME , CPF N. 23.159.716/0001-31, R\$14.710,67; VITOR DIAS - ROFORTE ROLAMENTOS - ME, CPF N. 19.686.032/0001-10, R\$7.830,70. **TOTAL CLASSE III: R\$16.856.073,49, TOTAL CLASSE IV: R\$1.917.171,83.**

Advertência: Nos termos do art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005, os credores terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados, contados da publicação do presente edital no Diário Oficial. As habilitações ou divergências devem ser deverão ser encaminhadas diretamente à Administrador Judicial, a empresa VALOR CONSULTORES, com sede na Avenida Duque de Caxias, 882, Sala 210, Edifício New Tower Plaza, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87.020-025, e-mail contato@valorconsultores.com.br, tel. (44) 3041-4882 e 3041-4883. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado. Dado e passado, nesta cidade e comarca de Guarapuava/PR, 09 de abril de 2019. Eu, Juliano Vinicius Netto, Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi. Guarapuava, 09 de abril de 2019.

Juliano Vinicius Netto Chefe de Secretaria	Maria Cláudia G. Santos Supervisor de Secretaria	Ana Paula Santana H. Técnico Judiciário
--	--	---

Autorizada a subscrição pela Portaria nº 04/2016 - 1ª Vara Cível